

Esse artigo apareceu originalmente em [Inglês na edição de Março/Abril da revista Dollars & Sense](#). Tradução por Miranda Chase.

A Grande Concessão de Terras em Moçambique

Timothy A. Wise

Eu me apresentei ao senhor Luís Siteo, conselheiro econômico para o Ministério da Agricultura de Moçambique, e expliquei que durante as duas últimas semanas eu estive no país dele pesquisando sobre o projeto ProSavana, o qual é acusado de ser o maior programa de expropriação de terras na África. A proposta desse ambicioso projeto de desenvolvimento entre o Brasil, o Japão e Moçambique era de transformar 35 milhões de hectares (mais de 85 milhões de acres) de terras supostamente desocupadas nas savanas de Moçambique em uma área de produção industrial de soja, segundo o modelo - e com financiamento- brasileiro, assim como foi feito na região centro-oeste do cerrado.

O Sr. Siteo me olhou com um sorriso maroto. “Você viu o ProSavana?” Na verdade, não. “Até agora não houve nenhum investimento no ProSavana,” ele disse de forma muito satisfeita, o que é curioso devido ao fato de que um dos apoiadores mais fortes ao projeto tem sido o chefe dele, o Sr. José Pacheco, Ministro da Agricultura.

Em 2013, uma copia do Plano Diretor havia vasado de forma nada protocolar, causando vexames e uma enxurrada de controvérsias. Os agricultores impuseram muita resistência aos esforços de investidores internacionais e de membros do governo que tentaram tomar as suas terras. E ficou quase impossível encontrar investimentos brasileiros.

Será que a bolha da grilagem tinha estourado? Será que o início conturbado do projeto ProSavana seria um sinal de que as terras africanas haviam perdido o seu esplendor? Não, mas ao que parece é mais fácil um governo entregar as terras de um agricultor a investidores estrangeiros, do que as mesmas serem de fato cultivadas.

A Realidade Se Impõe

Dados do projeto *Land Matrix* sugerem que as realidades econômicas começaram a se ajustar. Os preços das commodities estão baixos, o capital especulativo esta de volta a mercados de ações recuperados, e baixos preços de petróleo diminuíram as margens de lucro dos biocombustíveis. Ao mesmo tempo, houve a descoberta de gás e petróleo em alguns países em desenvolvimento, o que desviou o vento das velas que emburravam os projetos domésticos de energias renováveis- fato que estava incentivando mais expropriação de terras.

Conseqüentemente, o andamento das tomadas de terra em larga escala ficou muito mais lento, e muitos projetos faliram, sendo que aqueles que continuam tem operado com apenas uma fração das terras que lhes foram concedidas.

Governos nacionais- provavelmente os negociadores mais entusiasmados nesses processos um tanto quanto repulsivos- têm cedido os direitos de acesso a extensas partes de terras a investidores internacionais. Em meados de setembro de 2014, o *Land Matrix* havia registrado 956 acordos transnacionais de terra realizados ao redor do globo desde 2000, e mais 187 sob negociação. Os acordos fechados, a maioria dos quais feita depois de 2007, cobrem uma área de 61 milhões de hectares (cerca de 150 milhões de acres), sendo que a metade destas terras está sob acordo formal. Curiosamente, dos 37 milhões de hectares contemplados nestes contratos, somente 4.1 milhões (apenas 11%) foram confirmados como sendo áreas sob cultivo.

A pequena extensão de terras produtivas nestes contratos é um reflexo de como é difícil transformar intenções vagas e concessões governamentais em planos de negócios concretos. Mais difícil ainda é colocar tais planos em ação, o que envolve lidar com mercados regionais enfraquecidos, baixa infraestrutura, e- o mais importante- resistência por parte dos moradores locais que usam as terras.

De qualquer forma, o ProSavana ficou estagnado antes mesmo de poder ser registrado como um projeto produtivo junto à base de dados do *Land Matrix*. O projeto fez um levantamento de todos os países alvo, e Moçambique é o quinto na lista de terras entregues à grilagem internacional (os primeiros são Papua Nova Guiné, Indonésia, Sudão do Sul, e a República Democrática do Congo), com 99 projetos concluídos cobrindo uma área de 2.2 milhões de hectares. Três-quartos dos quais são destinados a projetos de silvicultura. Com relação aos projetos agrícolas, é possível encontrar no Corredor de Nacala, a região foco do ProSavana, apenas alguns projetos de cultivo de soja que são, comparativamente, de escala muito menor.

Na base de dados é possível encontrar um grandioso projeto “planejado porém não concluído” cobrindo uma área de 700,000-hectares, o qual menciona brasileiros como sendo os investidores e os governos do Brasil, do Japão e de Moçambique como sendo os parceiros. É o ProSavana. O que aconteceu com os 35 milhões de hectares? Eles eram o principal atrativo para convencer investidores brasileiros. Sem contar que apenas uma fração daquelas terras é adequada para agricultura; pois a maior parte ou tem florestas, ou está degradada, ou ocupada.

Intrinsecamente Falho

Francamente, eu fiquei surpreso ao descobrir que o ProSavana era um fracasso. Isso não era apenas uma iniciativa passageira de capital especulativo procurando plantar culturas para biocombustíveis que nunca foram produzidos para um mercado praticamente inexistente. Isso foi o que eu vi na Tanzânia, onde projetos de expropriação de terras para produção de biocombustíveis devastaram o panorama africano.

Pelo menos o ProSavana conhecia os seus investidores: os gigantes do agronegócio brasileiro. Os planejadores conheciam a tecnologia: soja adaptada às condições tropicais do cerrado brasileiro. E eles conheciam o mercado: As criações de suínos no Japão e na China que tem um apetite insaciável por ração feita geralmente à base de soja. Tudo isso estava a favor do projeto, enquanto que os outros grandes esquemas de grilagem não tinham tantas vantagens para si.

Mas mesmo assim o ProSavana entrou em estagnação devido à sua premissa que era intrinsecamente

falha. A Grande Ideia pressupunha que o clima e os solos no Corredor de Nacala eram parecidos com os do cerrado, de forma que a tecnologia brasileira poderia ser facilmente adaptada para desbravar e domesticar uma região inabitada e hostil à agricultura.

Acontece que as duas regiões são drasticamente diferentes. O cerrado tem solos empobrecidos, motivo pelo qual detinha poucos fazendeiros. No entanto, a tecnologia para corrigir a qualidade do solo estava acessível. O Corredor de Nacala, por outro lado, tem bons solos, e este é precisamente o motivo pelo qual esta é a região com a maior densidade populacional rural de Moçambique. Se existem bons solos, é praticamente garantido que as pessoas do local já sabem disso e já estão trabalhando a terra.

Democracia e Resistência

Moçambique tem ainda mais uma coisa que o Brasil não tinha quando o cerrado foi domesticado: um governo democrático forjado durante um movimento de independência enraizado na luta de lavradores e agricultores por direitos de terras. Na época em que o Brasil fez a expansão da soja em meados de 1980, a ditadura militar pode impor seu projeto no cerrado. Moçambique tem uma das leis agrárias mais fortes na África, a qual impede que as terras sejam propriedade privada e garante direitos de uso a agricultores que tem lavrado a terra por dez anos ou mais- independentemente de eles terem títulos de terra ou não. Ainda que o governo esteja se aliando a investidores internacionais, existem leis por meio das quais cidadãos insatisfeitos podem criar resistência e demandar transparência e responsabilidade por parte do governo.

O que pode acabar condenando o ProSavana à falência é a crescente percepção pelos agricultores das ameaças às suas terras, e a capacidade dos mesmos em resistir. Encabeçada pela União Nacional dos Camponeses (UNAC), o sindicato de agricultores de Moçambique, rapidamente foi formada uma campanha para barrar o projeto, respaldada por uma visita de moçambicanos ao cerrado, organizada por grupos de fazendeiros brasileiros. As imagens de vastas extensões de soja, sem qualquer pequeno agricultor à vista, somadas aos relatos de destruição ambiental, se espalharam rapidamente por toda Moçambique.

Dentro de meses após o Plano Diretor ter vasado, uma campanha tri-nacional se formou entre o Japão, o Brasil e Moçambique. Uma carta aberta encaminhada aos chefes de governo dos três países causou uma guinada, principalmente no Japão onde a agência de desenvolvimento internacional era acusada de violar uma política de longa data que separava assistência a desenvolvimento internacional de interesses comerciais.

No ano passado, a campanha adotou uma posição firme de “Não ao ProSavana” até que os agricultores e comunidades locais sejam consultados acerca dos planos de desenvolvimento na região.

A resistência local a específicos acordos de terra pode ter tido um impacto ainda maior. Pois ela com certeza amedrontou alguns dos maiores investidores brasileiros, os quais reclamaram não apenas por não poderem ter posse sobre as terras, mas também por terem que negociar primeiro com o governo nacional e depois com os governos regionais para conseguirem apenas uma concessão de arrendamento de terras. E ainda assim, o arrendamento era para terras que eram tudo menos desocupadas. Quase todos pegaram as suas enormes colheitadeiras e voltaram para casa.

Ainda não é o fim da expropriação de terras

Eu perguntei ao Sr. Siteo no Ministério da Agricultura se a lição do ProSavana era de que o desenvolvimento agrário em Moçambique precisava ser baseado nos três milhões de pequenos produtores de alimento. Ele me deu aquele sorriso maroto de novo. Não, ele me assegurou. O governo esta comprometido com capital, tecnologia e investimento estrangeiros como o caminho para o desenvolvimento agrícola.

Ele puxou uma proposta de projeto de 4 cm de grossura, o qual propunha desenvolver com financiamento estrangeiro uma área de 200,000 hectares para agricultura irrigada ao longo do Rio Lurio ao norte do Corredor de Nacala. Isso era parte do ProSavana? Não, ele me assegurou com outro sorriso. Essa marca já estava claramente comprometida.

E os agricultores e as comunidades da região haviam sido consultados acerca desse projeto no Rio Lurio? “De maneira alguma” disse Vicente Adriano da UNAC. Nas palavras do movimento de independência de Moçambique “A Luta Continua”.

Fontes: Land Coalition, *Land Matrix Newsletter*, January 2014, October 2014 (landcoalition.org); Justiça Ambiental! et al., “[Leaked ProSAVANA Master Plan confirms worst fears](#),” April 30, 2013 (grain.org); Timothy A. Wise, “Picking up the pieces from a failed land grab project in Tanzania,” *Global Post*, June 27, 2014; União Nacional de Camponeses, “No to ProSavana! Launch of national campaign,” June 2, 2014 (unac.org.mz).